



# HISTÓRIA CONCISA DO BRASIL

Boris Fausto



# HISTÓRIA CONCISA DO BRASIL



Boris Fausto

Colaboração de  
Sérgio Fausto

Copyright © 2001 by Boris Fausto

1ª edição 2001 (Edusp/Imprensa Oficial do Estado)

2ª edição 2006 (Edusp)

3ª edição atualizada e ampliada 2015

1ª reimpressão 2018

Edição atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Fausto, Boris, 1930-

História Concisa do Brasil / Boris Fausto; colaboração de Sérgio Fausto – 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

Inclui referências bibliográficas.

ISBN 978-85-314-1582-1

1. Brasil – História I. Título.

00-4937

CDD-981

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: História 981

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo  
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária  
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil  
Divisão Comercial: Tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150  
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2018

Foi feito o depósito legal

# SUMÁRIO



1. O BRASIL COLONIAL (1500-1822).....	9
2. O BRASIL MONÁRQUICO (1822-1889).....	77
3. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930).....	139
4. O ESTADO GETULISTA (1930-1945).....	185
5. A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1945-1964).....	219
6. O REGIME MILITAR E A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA (1964-1990)....	257
7. A MODERNIZAÇÃO PELA VIA DEMOCRÁTICA (1990-2010)	
<i>Sérgio Fausto</i> .....	311
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	385
ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	395





# O REGIME MILITAR E A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA (1964-1990)



## 6.1 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado, aparentemente, para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia.

O novo regime começou a mudar as instituições do país através dos chamados atos institucionais (AI), justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções”. O AI-1 foi baixado, em 9 de abril de 1964, pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Formalmente, manteve a Constituição de 1946 com várias modificações, assim como o funcionamento do Congresso.

Esse último aspecto seria uma das características do regime militar. Embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos dos cidadãos foram apresentadas como temporárias. O próprio AI-1 limitou sua vigência até 31 de janeiro de 1966.

Várias das medidas do AI-1 tinham por objetivo reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso. O presidente da República ficava autorizado a enviar ao Congresso projetos de lei que deveriam ser apreciados

no prazo de trinta dias na Câmara e em igual prazo no Senado; do contrário, seriam considerados aprovados. Como era fácil obstruir votações no Congresso e seus trabalhos normalmente se arrastavam, a aprovação de projetos do Executivo “por decurso de prazo” se tornou um fato comum. Passou também para a competência do presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que viessem a criar ou aumentar a despesa pública.

As imunidades parlamentares foram suspensas, autorizando-se o Comando Supremo da Revolução a cassar mandatos e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos. As garantias de vitaliciedade e de estabilidade, conferidas aos demais servidores públicos, foram suspensas por seis meses para facilitar o expurgo no serviço público.

O AI-1 criou também as bases para a instalação dos inquéritos policial-militares (IPMS), a que ficaram sujeitos os responsáveis “pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio, contra a ordem política e social, ou por atos de guerra revolucionária”.

Com esses poderes excepcionais, desencadearam-se perseguições aos adversários do regime, envolvendo prisões e torturas. Mas o sistema ainda não era inteiramente fechado. Existia a possibilidade de utilizar o recurso do *habeas corpus* perante os tribunais e a imprensa se mantinha relativamente livre.

Foi sobretudo graças às denúncias do jornal carioca *Correio da Manhã* que o presidente Castelo Branco determinou uma investigação sobre a prática de torturas, a cargo do então chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel. A investigação foi arquivada “por insuficiência de provas”, mas de qualquer forma, por algum tempo, a tortura deixou de ser uma prática sistemática.

Os estudantes que tinham tido um papel de relevo no período Goulart foram especialmente visados pela repressão. Logo em 1º de abril, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada. Após sua dissolução, a UNE passou a atuar na clandestinidade. As universidades constituíram outro alvo privilegiado. A Universidade de Brasília (UNB), criada com propósitos renovadores e considerada subversiva pelos militares, sofreu também invasão um dia após o golpe.

A repressão mais violenta concentrou-se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo sobretudo gente ligada às Ligas Camponesas. Nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações de trabalhadores, além da prisão de dirigentes sindicais. As intervenções visaram em regra aos sindicatos mais expressivos, abrangendo 70% das organizações que tinham mais de 5 mil membros.



Os expurgos atingiram, em 1964, 49 juízes. No Congresso, cinquenta parlamentares tiveram o mandato cassado. Dos quarenta deputados que perderam o mandato em uma primeira lista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) vinha na frente, com dezoito deputados; nenhuma cassação atingiu a União Democrática Nacional (UDN).

Calcula-se, em números conservadores, que mais de 1 400 pessoas foram afastadas da burocracia civil e em torno de 1 200 das Forças Armadas. Eram especialmente visadas as pessoas que se haviam destacado em posições nacionalistas e de esquerda.

Alguns governadores perderam o mandato. Entre as figuras mais conhecidas que tiveram mandatos cassados ou sofreram a suspensão de seus direitos políticos, além de nomes óbvios como os de Jango e Brizola, figuravam Jânio e Juscelino, este último senador por Goiás. No caso de Juscelino, era nítida a intenção de cortar um candidato civil de prestígio às próximas eleições presidenciais.

Todas essas indicações não chegaram a dar conta do clima de medo e das delações que gradativamente se foram instalando no país. Em junho de 1964, o regime militar deu um passo importante no controle dos cidadãos com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Seu principal idealizador e primeiro chefe foi o general Golbery do Couto e Silva. O SNI tinha como principal objetivo expresso “coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contrainformação e à informação sobre questões de subversão interna”. Na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria na “luta contra o inimigo interno”. O general Golbery chegou mesmo a tentar justificar-se, anos mais tarde, dizendo que sem querer tinha criado um monstro.

O AI-1 estabeleceu a eleição de um novo presidente da República, por votação indireta do Congresso Nacional. Em 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente, com mandato até 31 de janeiro de 1966.

O grupo castelista tinha, no plano político, o objetivo de instituir uma “democracia restringida” depois de realizar as cirurgias previstas no AI-1; no plano da economia, visava reformar o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter a ameaça comunista. Para atingir esses propósitos, era necessário enfrentar a caótica situação econômico-financeira que vinha dos últimos meses do governo Goulart, controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade, promover uma reforma do aparelho do Estado.

Tendo em vista o primeiro desses fins, foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), sob responsabilidade dos ministros do Planejamento e Coordenação Econômica, Roberto Campos, e da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões.

O Paeg tratou de reduzir o déficit do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários. Buscou controlar os gastos dos estados ao propor uma lei proibindo que eles se endividassem sem autorização federal. O reequilíbrio das finanças da União foi obtido através da melhora da situação das empresas públicas, do corte dos subsídios a produtos básicos como o trigo e o petróleo e do aumento da arrecadação de impostos. As duas primeiras medidas produziram de início um impacto no custo de vida, pois foi necessário aumentar as tarifas de serviços de energia elétrica, telefones etc. e elevar o preço da gasolina e do pão.

Obteve-se o aumento da arrecadação de impostos por um melhor aparelhamento da máquina do Estado que era notoriamente deficiente. A introdução da correção monetária para o pagamento de impostos em atraso contribuiu também para que, pelo menos em parte, ser devedor do Estado deixasse de ser um excelente negócio.

A compressão dos salários começou a ser feita pela fixação de fórmulas de reajuste inferiores à inflação. Ela veio acompanhada de medidas destinadas a impedir as greves e a facilitar a rotatividade da mão de obra, no interesse das empresas. A lei de greve, aprovada em junho de 1964 pelo Congresso, criou exigências burocráticas que tornaram praticamente impossível a realização de paralisações legais. É bom lembrar, porém, que, em quase vinte anos de regime democrático, o Congresso não aprovou nenhuma lei cumprindo o preceito constitucional que garantia o direito de greve, embora na prática ele fosse exercido livremente nos últimos anos daquele período.

O governo liquidou também um dos direitos mais valorizados pelos assalariados urbanos – a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, garantida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A fórmula surgiu em setembro de 1966 quando foi criado um mecanismo compensatório, em substituição à estabilidade, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Com relação ao campo, a política repressiva do governo Castelo Branco contra os chamados agitadores veio acompanhada de medidas que procuravam encaminhar soluções para o problema da terra. Em novembro de 1964, o Congresso aprovou o Estatuto da Terra para os fins de execução da reforma agrária e da promoção de uma política agrícola. Mas a lei, assim como outros instrumentos que se seguiram a ela, ficou em grande medida no papel.

Uma das mudanças de enfoque importantes dos ministros Campos e Bulhões se deu na área do comércio exterior. Eles romperam com a ideia então corrente do “estrangulamento das exportações”, ou seja, de que existiam limites estruturais rígidos a elas pela concorrência internacional. Os ministros consideravam que o potencial do Brasil fora subestimado. Lançaram assim uma campanha de exportação não apenas para explorar as enormes reservas naturais do país e vender produtos agrícolas como para promover os bens manufaturados.

Esperavam contar com a entrada de capital estrangeiro, especialmente no setor de exportação. Para incentivar seu afluxo, em agosto de 1964 foi aprovada por decurso de prazo uma nova lei regulando os investimentos estrangeiros e a remessa de lucros. Ficou revogada uma lei restritiva de 1962 que provocara protestos dos norte-americanos e dos investidores externos em geral.

O Paeg alcançou seus objetivos. A combinação do corte de despesas e do aumento de arrecadação reduziu o déficit público anual de 4,2% do produto interno bruto (PIB) em 1963 para 3,2% em 1964 e 1,6% em 1965. A forte inflação de 1964 tendeu a ceder gradativamente e o PIB voltou a crescer a partir de 1966.

Por que o Paeg obteve êxito, ao contrário de planos anteriores? Campos e Bulhões fizeram um diagnóstico adequado da situação, mas isso não explica tudo. A implantação de um regime autoritário no país facilitou a ação do governo. Para poder funcionar, qualquer plano de estabilização dependia de sacrifícios por parte da sociedade. Nas condições da sociedade brasileira e da percepção dos atores políticos, isso era coisa difícil de alcançar no âmbito da democracia.

O regime autoritário permitiu que Campos e Bulhões tomassem medidas que resultaram em sacrifícios forçados especialmente para a classe trabalhadora, sem que esta tivesse condições de resistir. O problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao sinal verde do Fundo Monetário Internacional (FMI) e à maciça ajuda do governo norte-americano através da Aliança para o Progresso.

No plano internacional, o governo Castelo Branco alinhou-se claramente com a política norte-americana. Um exemplo desse alinhamento se deu durante a guerra civil que explodiu na República Dominicana nos primeiros meses de 1965. Os Estados Unidos intervieram no conflito, enviando à ilha 42 mil *marines*. Ao lado de Honduras e do Paraguai, o Brasil aceitou enviar tropas também, sob a cobertura da chamada Inter-American Peace Force (IAPF).

Em outubro de 1965, realizaram-se eleições diretas em onze estados. A essa altura, grande parte do entusiasmo pela revolução tinha declinado. Era difícil iludir-se com a propaganda sobre o fim da corrupção, e os bolsos da classe média estavam vazios.

Apesar do veto a determinados candidatos por parte da chamada linha dura das Forças Armadas, a oposição triunfou em estados importantes, como Guanabara e Minas Gerais. O resultado das urnas alarmou os meios militares. Os grupos de linha dura, adversários dos castelistas, viram nele a prova de que o governo era muito complacente com seus inimigos. Pregavam a implantação de um regime autoritário, com controle militar estrito do sistema de decisões, para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção.

Sob pressão desses setores, Castelo Branco baixou o AI-2 em outubro de 1965, apenas 24 dias após as eleições estaduais. O AI-2 estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal. Reforçou ainda mais os poderes do presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar decretos-leis em matéria de segurança nacional. O governo passou a legislar sobre assuntos relevantes através de decretos-leis, ampliando até onde quis o conceito de segurança nacional.

Outra medida importante do AI-2 foi a extinção dos partidos políticos. Os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pelas crises políticas. Desse modo, deixaram de existir os partidos criados no fim do Estado Novo que bem ou mal exprimiam diferentes correntes da opinião pública.

A legislação partidária forçou na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), agrupando os partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reunindo a oposição. A maior parte dos políticos que se filiaram à Arena tinham pertencido à UDN e em número quase igual ao Partido Social Democrático (PSD); o MDB foi formado por figuras do PTB, vindo a seguir o PSD.

\* \* \*

O governo Castelo Branco completou as mudanças nas instituições do país fazendo aprovar pelo Congresso uma nova Constituição em janeiro de 1967. Submetido a novas cassações, o Congresso fora fechado por um mês em outubro de 1966 e reconvocato para se reunir extraordinariamente a fim de aprovar o novo texto constitucional.

A Constituição de 1967 incorporou a legislação que ampliara os poderes conferidos ao Executivo, especialmente em matéria de segurança nacional. Mas não manteve as figuras excepcionais que permitiriam novas cassações de mandatos, perda de direitos políticos etc.

\* \* \*

O grupo castelista não conseguiu fazer o sucessor de Castelo Branco. Foram eleitos para presidente o general Artur da Costa e Silva e para vice-presidente um civil, o udenista Pedro Aleixo, que tomaram posse em março de 1967.

Apesar de ter sido ministro da Guerra de Castelo Branco, Costa e Silva era uma figura estranha ao grupo. O Tio Velho, como era chamado pelos conspiradores de 1964, fizera uma carreira militar sólida, incluindo desde meses de treinamento nos Estados Unidos até o comando do IV Exército nos anos tensos de 1961-1962. Seu estilo, porém, não coincidia com o do intelectualizado Castelo Branco. Não se interessava por leituras complicadas sobre estratégia militar, preferindo coisas leves e as corridas de cavalos. Mais significativo do que essa diferença de personalidades era o fato de que Costa e Silva concentrava as esperanças da linha dura e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas, descontentes com a política castelista de aproximação com os Estados Unidos e de facilidades concedidas aos capitais estrangeiros.

Entretanto, ele não foi, no poder, um simples instrumento da linha dura. Levando em conta as pressões existentes na sociedade, estabeleceu pontes com setores da oposição e tratou de ouvir os discordantes. Ao mesmo tempo, iniciou uma ofensiva na área trabalhista, incentivando a organização de sindicatos e a formação de lideranças sindicais confiáveis. Os acontecimentos atropelariam essa política de liberalização restrita.

## 6.2 O FECHAMENTO POLÍTICO E A LUTA ARMADA

Desde 1966, passado o primeiro impacto da repressão, a oposição vinha se rearticulando. Muitos membros da hierarquia da Igreja se defrontaram com o governo, destacando-se no Nordeste a atuação do arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara. Os estudantes começaram também a se mobilizar em torno da UNE.

No cenário político, colocado à margem, Lacerda se aproximou de seus inimigos tradicionais – Jango e Juscelino – para formar a Frente Ampla. Reunidos em Montevideú, seus líderes se propuseram a lutar pela redemocratização do país e a afirmação dos direitos dos trabalhadores.

Em 1968 as mobilizações ganharam ímpeto, no contexto daquele ano carregado de significação em todo o mundo. O catalisador das manifestações de rua foi a morte de um estudante, morto pela Polícia Militar durante um pequeno protesto realizado no Rio de Janeiro, no mês de março. Seu enterro foi acompanhado por milhares de pessoas. A indignação cresceu com a ocorrência de novas violências. Esses fatos criaram condições para uma mobilização mais ampla, reunindo não só os estudantes como setores representativos da Igreja e da classe média. O ponto alto da convergência dessas forças que se empenhavam na luta pela democratização foi a chamada Passeata dos Cem Mil, realizada em junho de 1968.

Ao mesmo tempo ocorreram duas greves operárias agressivas – as de Contagem, perto de Belo Horizonte, e de Osasco, na Grande São Paulo. Enquanto a de Contagem foi até certo ponto espontânea, a de Osasco resultou de um trabalho conjunto de trabalhadores e de estudantes, começando com a ocupação de uma grande empresa. A prova de força deu mau resultado. O Ministério do Trabalho e Previdência Social interveio no Sindicato dos Metalúrgicos e um pesado aparato militar realizou, com emprego de violência, a desocupação da empresa.

A greve de Osasco sofreu a influência de grupos de esquerda que tinham assumido a perspectiva de que só a luta armada poria fim ao regime militar. Esses grupos foram muito influenciados pelo exemplo da Revolução Cubana e pelo surgimento de guerrilhas em vários países da América Latina, como Guatemala, Colômbia, Venezuela e Peru.

No Brasil, o agora Partido Comunista Brasileiro (PCB), organização tradicional de esquerda, opunha-se à luta armada. Em 1967, um grupo liderado pelo veterano comunista Carlos Marighella rompeu com o partido e formou a Aliança Libertadora Nacional (ALN). A Ação Popular (AP) já optara pela luta armada e novos grupos foram surgindo, entre eles a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com forte presença de militares de esquerda.

Os grupos de luta armada começaram suas primeiras ações em 1968. Uma bomba foi colocada no consulado norte-americano em São Paulo; surgiram também as “expropriações”, ou seja, assaltos para reunir fundos. Esses fatos eram suficientes para reforçar a linha dura em sua certeza de que a revolução estava se perdendo e era preciso criar novos instrumentos para acabar com os subversivos. O pretexto para pôr fim à liberalização restrita foi um fato aparentemente sem expressão – um discurso proferido no Congresso pelo deputado Márcio Moreira Alves, considerado ofensivo às Forças Armadas.



O texto do discurso – ignorado pelo grande público – foi distribuído nas unidades das Forças Armadas. Criado o clima de indignação, os ministros militares requereram ao Superior Tribunal Federal (STF) que fosse aberto um processo criminal contra Moreira Alves, por ofensas à dignidade das Forças Armadas. O processo dependia de licença do Congresso. Em uma decisão inesperada, este se negou a suspender as imunidades parlamentares do deputado. Menos de 24 horas depois, em 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixou o AI-5, fechando o Congresso.

O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contrarrevolução dentro da contrarrevolução. Ao contrário dos atos anteriores, não tinha prazo de vigência. O presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso, o que a Constituição de 1967 não autorizava. Restabeleciam-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo.

Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 consistiu no fato de que ele reforçou a tese dos grupos de luta armada, cujas ações se multiplicaram a partir de 1969. O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar, seguindo cada vez mais o curso de uma ditadura brutal.

\* \* \*

Em agosto de 1969, Costa e Silva foi vítima de um derrame que o deixou paralisado. Os ministros militares decidiram substituí-lo, violando a regra constitucional que apontava como substituto o vice-presidente Pedro Aleixo.

A esquerda radical começou a sequestrar membros do corpo diplomático estrangeiro para trocá-los por prisioneiros políticos. A ação de maior ressonância foi o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, realizado no Rio de Janeiro. Os sequestradores conseguiram a libertação de quinze presos políticos que foram transportados para o México, em troca da liberdade do embaixador Charles Burke Elbrick.

A Junta Militar criou a pena de banimento do território nacional, aplicável a todo brasileiro que “se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança

Nacional”. Os primeiros banidos foram os prisioneiros trocados pelo embaixador norte-americano. Estabeleceu-se também a pena de morte para os casos de “guerra subversiva”. A pena de morte nunca foi aplicada formalmente, preferindo-se a ela as execuções sumárias ou no correr de torturas, apresentadas como resultantes de choques entre subversivos e as forças da ordem, ou como desaparecimentos misteriosos.

Até 1969, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) foi o órgão mais em evidência como responsável pela utilização da tortura. A partir daquele ano surgiu em São Paulo a Operação Bandeirantes (Oban), vinculada ao II Exército, cujo raio de ação se concentrou no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. A Oban deu lugar aos DOI-Codi, siglas do Destacamento de Operações de Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna. Os DOI-Codi se estenderam a vários estados e foram os principais centros de tortura do regime militar.

Enquanto o país vivia um dos seus períodos políticos mais tenebrosos, o governo alcançava êxitos na área econômica. Reequilibradas as finanças por Campos e Bulhões através de uma recessão relativamente curta, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, tratou de incentivar o crescimento econômico, facilitando a expansão do crédito. Ao mesmo tempo, estabeleceu controles de preços para refrear a inflação que, a partir de um patamar de 25,4% de elevação em 1968, começou a declinar.

Houve uma forte recuperação industrial em 1968, liderada pelas indústrias automobilística, de produtos químicos e de material elétrico. A construção civil expandiu-se bastante, graças principalmente aos recursos fornecidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Em 1968 e 1969 o país cresceu em ritmo impressionante, registrando variações, respectivamente, de 11,2% e 10% do PIB, o que corresponde a 8,1% e 6,8% no cálculo *per capita*. Começava assim o período do chamado milagre econômico.

\* \* \*

Em meados de outubro de 1969, Costa e Silva ainda vivia, mas sem possibilidades de recuperação. Diante disso, a Junta Militar declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República, marcando eleições para esses cargos, pelo Congresso Nacional, a serem realizadas no dia 25 de outubro. O alto-comando das Forças Armadas escolheu para presidente o general Emílio Garrastazu Médici e para vice-presidente o ministro da Marinha, Augusto Rademaker.

Médici era um militar gaúcho como Costa e Silva. Descendia de italianos na linha paterna e sua mãe era de origem basca. Na década de 1950, fora chefe

do Estado-maior de Costa e Silva, então comandante da III Região Militar, tornando-se amigo íntimo deste. Apoiou o movimento de 1964 e, após a queda de Goulart, foi nomeado adido militar do Brasil em Washington. Quando Costa e Silva assumiu a presidência da República, tornou-se chefe do SNI.

Para o grande público, Médici era um nome desconhecido. Além disso, não tinha gosto pelo exercício do poder, tendo delegado a seus ministros o exercício do governo. Daí resultou o paradoxo de um comando presidencial dividido em um dos períodos mais repressivos, se não o mais repressivo, da história brasileira.

Os grupos armados urbanos, que a princípio deram a impressão de desestabilizar o regime com suas ações espetaculares, declinaram e praticamente desapareceram. Esse desfecho resultou, em primeiro lugar, da eficácia da repressão, que abrangeu os ativistas da luta armada e seus simpatizantes, constituídos estes últimos sobretudo por jovens profissionais. Outro fator foi o isolamento dos grupos da massa da população, cuja atração por suas ações foi mínima, para não dizer nenhuma. A esquerda radical equivocara-se completamente, pensando poder criar no Brasil um novo Vietnã.

Restou um foco de guerrilha rural que o Partido Comunista do Brasil (PCdov) começou a instalar em uma região banhada pelo rio Araguaia, próxima a Marabá, situada no leste do estado do Pará. Nos anos de 1970-1971, os guerrilheiros, em número aproximado de setenta pessoas, estabeleceram ligações com os camponeses, ensinando-lhes métodos de cultivo e cuidados com a saúde. O Exército descobriu o foco em 1972, mas não se revelou tão apto na repressão como fora com a guerrilha urbana. Foi só em 1975, após transformar a região em zona de segurança nacional, que as forças do Exército conseguiram liquidar ou prender o grupo do PCdov. Tudo isso não chegou ao conhecimento do grande público, pois a divulgação do assunto era proibida. Quando muito, corriam boatos desencontrados sobre a guerrilha do Araguaia.

Por outro lado, a oposição legal chegou a seu nível mais baixo no governo Médici, como resultado das condições econômicas favoráveis, da repressão e, em menor escala, da campanha pelo voto nulo. Nas eleições legislativas de 1970, quando se renovaram dois terços das cadeiras do Senado, a Arena alcançou ampla vitória.

O governo Médici não se limitou à repressão. Distinguiu claramente entre um setor significativo, mas minoritário da sociedade, adversário do regime, e a massa da população que vivia um dia a dia aceitável nesses anos de prosperidade econômica. A repressão se dirigiu ao primeiro grupo, enquanto a propaganda se destinou a pelo menos neutralizar o segundo.

Após 1964, houve um grande avanço das telecomunicações no país. As facilidades de crédito pessoal permitiram a expansão do número de residências que possuíam televisão. Em 1960, apenas 9,5% das residências urbanas tinham televisão; em 1970, a porcentagem chegava a 40%. Por essa época, beneficiada pelo apoio do governo, do qual se transformou em porta-voz, a tv Globo expandiu-se até se tornar rede nacional e alcançar praticamente o controle do setor. A propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira na história do país. A promoção do “Brasil grande potência” produziu resultados no imaginário da população. Foi a época em que muitos brasileiros idosos, de classe média, lamentavam não ter condições biológicas para viver até o novo milênio, quando o Brasil se equipararia ao Japão.

\* \* \*

O período do chamado milagre estendeu-se de 1969 a 1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual de 11,2% no período, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%.

O milagre tinha uma explicação terrena. Os técnicos que o planejaram, com Delfim Netto à frente, beneficiaram-se, em primeiro lugar, de uma situação da economia mundial caracterizada pela ampla disponibilidade de recursos. Os países em desenvolvimento mais avançados aproveitaram as novas oportunidades para tomar empréstimos externos. O total da dívida externa desses países, não produtores de petróleo, aumentou de menos de 40 bilhões de dólares em 1967 para 97 bilhões em 1972 e 375 bilhões em 1980.

Ao lado dos empréstimos, cresceu no Brasil o investimento de capital estrangeiro. Em 1973, os ingressos de capital tinham alcançado o nível anual de 4,3 bilhões de dólares, quase o dobro do nível de 1971 e mais de três vezes o de 1970.

Um dos setores mais importantes do investimento estrangeiro foi o da indústria automobilística, que liderou o crescimento industrial com taxas anuais acima de 30%. A ampliação do crédito ao consumidor e a revisão das normas de produção, autorizando a fabricação de carros de tamanho médio, atraíram fortes investimentos da General Motors (GM), da Ford e da Chrysler.

Houve uma grande expansão do comércio exterior. A importação ampliada de determinados bens era necessária para sustentar o crescimento econômico. As exportações se diversificaram, com o incentivo à exportação de produtos industriais por meio da concessão de créditos em condições favoráveis, isenção ou redução de tributos e outras medidas de subsídio às exportações. O

esforço pela diversificação, visando tornar o Brasil menos dependente de um único produto, deu resultados. Entre 1947 e 1964, o café representava 57% do valor das exportações brasileiras. Passou a representar 37% entre 1965 e 1971 e apenas 15% entre 1972 e 1975. Por sua vez, cresceu a capacidade de arrecadar tributos por parte do governo, contribuindo para a redução do déficit público e da inflação.

Mas o milagre tinha pontos vulneráveis e pontos negativos. O principal ponto vulnerável estava na excessiva dependência do sistema financeiro e do comércio internacional, que eram responsáveis pela facilidade dos empréstimos externos, pela inversão de capitais estrangeiros, pela expansão das exportações etc. O crescimento econômico resultou também na necessidade cada vez maior de contar com determinados produtos importados, dos quais o mais importante era o petróleo.

Os aspectos negativos do milagre foram principalmente de natureza social. A política econômica de Delfim Netto privilegiou a acumulação de capitais, através das facilidades apontadas e da criação de um índice prévio de aumento de salários em nível que subestimava a inflação. Do ponto de vista do consumo pessoal, a expansão da indústria, notadamente no caso dos automóveis, favoreceu as classes de renda alta e média, mas os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos.

Isso resultou em uma concentração de renda acentuada que vinha já de anos anteriores. Tomando-se como 100 o índice do salário mínimo de janeiro de 1959, ele caíra para 39 em janeiro de 1973. Esse dado é bastante expressivo se levarmos em conta que, em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebia menos de um salário mínimo e 22,8% entre um e dois salários. O impacto social da concentração de renda, entretanto, foi atenuado. A expansão das oportunidades de emprego permitiu que o número de pessoas que trabalhavam, por família urbana, aumentasse bastante.

Outro aspecto negativo do milagre, que perdurou depois dele, foi a desproporção entre o avanço econômico e o retardamento ou mesmo o abandono dos programas sociais pelo Estado. O Brasil se notabilizaria no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação, habitação, que medem a qualidade de vida de um povo.

O “capitalismo selvagem” caracterizou aqueles anos e os seguintes, com seus imensos projetos, que não consideravam nem a natureza nem as populações locais. A palavra “ecologia” mal entrara nos dicionários e a poluição industrial e

dos automóveis parecia uma bênção. No governo Médici, o projeto da rodovia Transamazônica representou um bom exemplo desse espírito. Foi construída para assegurar o controle brasileiro da região – um eterno fantasma na óptica dos militares – e para assentar em agrovilas trabalhadores nordestinos. Após provocar muita destruição e engordar as empreiteiras, a obra resultou em um fracasso.

\* \* \*

Tal como acontecera com Castelo Branco, Médici não conseguiu fazer seu sucessor. O nome escolhido pelas Forças Armadas para lhe suceder, em meados de 1973, foi o do general Ernesto Geisel.

Geisel nasceu no Rio Grande do Sul, filho de um alemão protestante luterano que emigrou para o Brasil em 1890. Ao lado da carreira no Exército, o general ocupara postos administrativos, sendo o mais importante o de presidente da estatal Petróleo Brasileiro (Petrobras). Tinha também os olhos postos na política. Colaborou com o governo Dutra e ajudou a formular o compromisso que garantiu a posse de João Goulart em 1961. Suas ligações com o grupo castelista eram notórias, como membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra (ESG) e chefe da Casa Militar de Castelo Branco. Nesse cargo, contribuiu para manter a linha dura a distância. No âmbito da corporação militar, Geisel não foi escolhido por ser favorável à liberalização do regime, mas pela valorização de sua capacidade de comando e suas qualidades administrativas. Pesou também na escolha o fato de ser irmão do ministro do Exército, Orlando Geisel. Em oposição a Geisel, o MDB decidiu lançar a candidatura simbólica de seu presidente Ulysses Guimarães para denunciar as eleições indiretas, a supressão das liberdades e a concentração de renda resultante do modelo econômico.

Uma emenda à Constituição de 1967 modificou a forma de escolha do presidente da República. Previu-se a criação de um Colégio Eleitoral, composto de membros do Congresso e delegados das assembleias legislativas dos estados. Geisel foi o primeiro presidente escolhido pelo colegiado. Eleito em janeiro de 1974, tomou posse em 15 de março daquele ano.

### 6.3 O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA

O governo Geisel se associa ao início da abertura política, que o general-presidente definiu como lenta, gradual e segura. Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel



sofria pressões da linha dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo.

A estratégia da distensão foi formulada pelo presidente e pelo general Golbery, chefe do Gabinete Civil da Presidência. Por que Geisel e Golbery decidiram promover a liberalização do regime? Teria sido ela fruto de pressões da oposição? Sem dúvida, em 1973 a oposição começara a dar claros sinais de vida independente; o confronto entre a Igreja católica e o Estado era também muito desgastante para o governo. A equipe de transição de Geisel tratou de estabelecer pontes com a Igreja com base em um ponto comum de entendimento – a luta contra a tortura.

Mas a oposição e a Igreja não eram o termômetro mais sensível a indicar a necessidade da distensão. Esse termômetro se localizava nas relações entre as Forças Armadas e o poder. O poder fora tomado pelos órgãos de repressão, produzindo reflexos negativos na hierarquia das Forças Armadas. As funções e os princípios básicos da instituição eram assim distorcidos, trazendo riscos à sua integridade. Para restaurar a hierarquia, tornava-se necessário neutralizar a linha dura, abrandar a repressão e, ordenadamente, promover a “volta dos militares aos quartéis”.

O governo começou a travar nos bastidores uma luta contra a linha dura. Ao mesmo tempo, permitiu que as eleições legislativas de novembro de 1974 se realizassem em um clima de relativa liberdade, com acesso dos partidos ao rádio e à televisão. Esperava-se um triunfo fácil da Arena, mas os resultados eleitorais surpreenderam o governo, ao assinalarem um considerável avanço do MDB, sobretudo nas grandes cidades e nos estados mais desenvolvidos. No curso de 1975, Geisel combinou medidas liberalizantes com medidas repressivas. Suspendeu a censura aos jornais e autorizou uma forte repressão ao PCB, acusado de estar por trás da vitória do MDB.

Um confronto importante entre o governo e a linha dura ocorreu afinal às claras em São Paulo. Embora a guerrilha tivesse sido eliminada, os militares de linha dura continuavam a enxergar subversivos por toda parte. Continuava também a prática da tortura, seguida do “desaparecimento” de várias pessoas assassinadas pela repressão.

Em outubro de 1975, no curso de uma onda repressiva, o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura de São Paulo, foi intimado



a comparecer ao DOI-Codi, por suspeita de ter ligações com o PCB. Herzog apresentou-se ao DOI-Codi e dali não saiu vivo. Sua morte foi apresentada como suicídio por enforcamento, uma forma grosseira de encobrir a realidade: tortura seguida de morte.

O fato provocou grande indignação em São Paulo, sobretudo nos meios da classe média profissional e da Igreja católica. A Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mobilizaram-se, denunciando o emprego sistemático da tortura e os assassinatos encobertos.

Poucos meses mais tarde, em janeiro de 1976, o operário metalúrgico Manuel Fiel Filho foi morto em circunstâncias semelhantes às da morte de Herzog. Mais uma vez, a versão oficial era de suicídio por enforcamento. O presidente Geisel resolveu agir. Um poder paralelo se instalara em São Paulo, com as bênçãos ou, no mínimo, a omissão do comandante do II Exército. Geisel substituiu-o por um general de sua inteira confiança, que começou a usar outra linguagem e a estabelecer pontes de contato com a sociedade. A tortura nas dependências do DOI-Codi cessou, embora as violências em São Paulo não tenham terminado.

\* \* \*

Após o resultado do pleito de novembro de 1974, os confrontos eleitorais passaram a ser uma preocupação para o governo. Haveria eleições municipais em novembro de 1976, e a possibilidade de uma derrota da Arena era real.

Meses antes, em julho de 1976, uma lei modificadora da legislação eleitoral barrou o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão. Embora a Lei Falcão, engendrada pelo ministro da Justiça, atingisse em princípio tanto a Arena como o MDB, era o partido da oposição o grande prejudicado, pois perdia uma oportunidade única para divulgar suas ideias. Mesmo assim, o MDB venceu as eleições para prefeito e conquistou maioria nas Câmaras Municipais em 59 das cem maiores cidades do país.

Geisel apertou o cerco, introduzindo em abril de 1977 uma série de medidas que ficaram conhecidas como o Pacote de Abril, após colocar o Congresso em recesso. Entre as medidas do pacote, estava a criação da figura do senador biônico, cujo objetivo era impedir que o MDB viesse a ser majoritário no Senado. Os senadores biônicos foram eleitos, ou, melhor, “fabricados”, por eleição indireta de um colégio eleitoral.

Ao mesmo tempo, em 1978, o governo iniciou encontros com líderes da oposição e da Igreja para encaminhar a restauração das liberdades públicas. A

partir de 1979, o AI-5 deixou de ter vigência, restaurando-se assim os direitos individuais e a independência do Congresso.

O MDB alcançou bons resultados nas eleições legislativas de 1978. O partido se tornara o canal político de expressão de todos os descontentamentos da população, integrando em seus quadros desde liberais até socialistas. A campanha eleitoral de 1978 contou com o apoio dos militantes de diferentes grupos da sociedade civil: estudantes, sindicalistas, advogados, membros das organizações de base da Igreja católica. Esses grupos estabeleceram uma ponte entre o MDB e a grande massa, reduzindo o grave inconveniente da impossibilidade de ter livre acesso ao rádio e à televisão. O MDB obteve 57% dos votos válidos para o Senado, mas não ficou com a maioria daquela casa. Isso se explica porque a representação no Senado não é proporcional, e sim por estados. Além disso, havia a presença dos biônicos. A Arena continuou majoritária na Câmara Federal, conquistando 231 cadeiras contra 189 do MDB. Manteve-se a concentração de votos do MDB nos estados mais desenvolvidos e nas grandes cidades. O partido recebeu, na votação para o Senado, cerca de 83% dos votos em São Paulo, 63% no estado do Rio de Janeiro e 62% no Rio Grande do Sul. De qualquer forma, o governo continuava a ter maioria no Congresso.

\* \* \*

Em outubro de 1973, ainda no período Médici, ocorreu a primeira crise internacional do petróleo, como consequência da chamada Guerra do Yom Kippur, movida pelos Estados árabes contra Israel. A crise afetou profundamente o Brasil, que importava mais de 80% do total de seu consumo.

Mas quando o general Geisel tomou posse, em março de 1974, algo do clima de euforia proveniente dos anos do milagre ainda persistia. A condução da política econômica ficou nas mãos do economista Mário Henrique Simonsen, que substituiu Delfim Netto no Ministério da Fazenda, e de João Paulo dos Reis Veloso, ministro do Planejamento e Coordenação-geral. Reis Veloso vinha do ministério de Médici.

O novo governo lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O I PND tinha sido formulado por Roberto Campos, em 1967, para reequilibrar as finanças e combater a inflação. O II PND buscava completar o processo de substituição de importações, instalado havia décadas no país, mudando seu conteúdo. Já não se tratava agora de substituir a importação de bens de consumo, mas de avançar no caminho da autonomia no terreno dos insumos básicos (petróleo, aço, alumínio, fertilizantes etc.) e da indústria de bens de capital.

A preocupação do II PND com o problema energético era evidente, pois se propunha o avanço na pesquisa de petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de hidrelétricas, cujo exemplo mais expressivo foi a de Itaipu, construída no rio Paraná, na fronteira Brasil-Paraguai, graças a um convênio firmado entre os dois governos. A usina de Itaipu começou a funcionar em 1984, destacando-se como a maior usina hidrelétrica do mundo.

O II PND tratou de incentivar os investimentos da grande empresa privada na produção de bens de capital. Todo o sistema de incentivos e créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi lançado nesse esforço. Entretanto, a nova política colocava no centro do palco da industrialização brasileira a grande empresa estatal. Os gigantescos investimentos a cargo do sistema da Eletrobras, da Petrobras, da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa.

A opção pelo crescimento em 1974, em vez de frear o carro da economia, representou uma decisão baseada em avaliações tanto econômicas quanto políticas. A insistência no crescimento mostrou como era forte a crença nos círculos dirigentes de que o Brasil era um país predestinado a crescer. Essa crença não vinha apenas dos anos do milagre, mas de tempos mais distantes, situados nos anos 1950.

Por outro lado, a estratégia da distensão não convidava o governo a optar por uma política recessiva, cujo maior peso recairia sobre a massa assalariada. Se a oposição crescia em condições econômicas relativamente favoráveis, o que aconteceria caso a economia entrasse em recessão?

As dúvidas de muitos empresários, em especial de São Paulo, sobre os rumos da política econômica deram origem a uma campanha contra o excessivo intervencionismo do Estado. Um setor social dominante tratava assim de intervir na cena política, que até ali fora monopolizada por militares e tecnocratas.

Existe muita controvérsia entre os economistas sobre as consequências do II PND. Em um extremo estão os que veem nele uma tentativa inoportuna de crescimento acelerado, que serviu para adiar o ajuste da economia e agravar o problema da dívida externa. No outro extremo situam-se os que consideram ter sido o II PND uma verdadeira mutação no rumo da industrialização brasileira, pela qual se avançou qualitativamente no processo de substituição de importações.

Em uma análise retrospectiva, podemos ver com maior clareza que o plano sofreu os azares da recessão internacional e da elevação da taxa de juros, tendo também um problema de fundo. Ele se adequava a um esquema de industrialização em via de ser superado nos países do Primeiro Mundo, por suas conse-

quências negativas. Indústrias como a do aço, do alumínio e da soda-cloro consomem energia em elevado grau e são altamente poluentes. Com todas essas ressalvas, é importante assinalar que, a partir do II PND, alguns ganhos importantes foram alcançados na substituição de importações, especialmente do petróleo.

Um problema existente desde a fase do milagre residia no fato de que o crescimento econômico acelerado tinha como alavanca importante a capacidade ociosa das empresas. Para continuar crescendo, seria necessário ampliar o investimento, contando com novos e maiores recursos externos, pois a poupança interna era insuficiente. Esses recursos não faltaram. Eles entraram no país principalmente sob a forma de empréstimos. Daí resultou, porém, o aumento da dívida externa, tanto pública quanto privada. No fim de 1978 ela era de 43,5 bilhões de dólares, mais do que o dobro do nível de três anos antes.

Além disso, o pagamento dos juros da dívida passou a pesar mais fortemente sobre o balanço de pagamentos, uma vez que a maioria dos empréstimos foi contraída a taxas flexíveis de juros. Como o período se caracterizou por uma elevação da taxa internacional de juros, o Brasil passou a arcar com compromissos cada vez mais pesados, correspondentes ao serviço da dívida. A elevação da taxa internacional de juros resultou da política dos Estados Unidos, que tratou de cobrir o déficit de seu balanço de pagamentos atraindo investimentos de outros países.

Não se pode dizer que os recursos obtidos através dos empréstimos tenham sido jogados pela janela ou servido apenas para engordar intermediários. Essas coisas ocorreram, mas o problema maior resultou da utilização de recursos em projetos dispendiosos, mal administrados, de longo ou duvidoso retorno.

Em números brutos, o período de Geisel apresentou resultados satisfatórios. O PIB cresceu na média anual em 6,7% e em 4,2% no cálculo *per capita*, entre 1974 e 1978. A inflação subiu em média 37,9% no mesmo período. Porém os perigos eram muitos. A relativa contenção da inflação vinha sendo feita à custa de artifícios, entre eles o da oferta de bens produzidos pelas empresas estatais a preço abaixo do custo, o que tornava essas empresas cada vez mais deficitárias. A dívida externa crescia sem que fosse possível encontrar outra saída para seu serviço, além da obtenção de novos empréstimos. Outro problema surgia no horizonte: a dívida interna começava a pesar pelo mecanismo da correção monetária e o pagamento de juros elevados, comprometendo o orçamento da União.

A indexação anual dos salários, isto é, a sua correção apenas de ano em ano, contribuía para agravar o descontentamento dos assalariados.

\* \* \*

O regime militar reprimiu as direções sindicais ligadas ao esquema populista, mas não desmantelou os sindicatos. No campo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) já em 1968 começou a agir independentemente do governo e a incentivar a organização de federações de sindicatos rurais em todo o país. O número de sindicatos rurais, que era de 625 em 1968, passou a 1154 em 1972, 1745 em 1976 e 2144 em 1980. O grande aumento de trabalhadores rurais sindicalizados depois de 1973 – de pouco mais 2,9 milhões em 1973 para mais de 5,1 milhões em 1979 – foi estimulado pela administração dos programas de previdência social por meio dos sindicatos.

Lideranças combativas surgiram sob influência da Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criou-se assim no campo uma situação curiosa, em que a política assistencialista do governo favoreceu a emergência de um atuante movimento social.

As alternativas de luta pela posse da terra ou da extensão ao campo dos direitos trabalhistas, que haviam dividido as lideranças do movimento rural antes de 1964, tomaram conteúdo mais definido. Na dependência da região em que atuavam, os sindicatos enfatizaram uma ou outra dessas alternativas. A luta pela posse da terra se manteve e até se ampliou; ao mesmo tempo, greves como a dos cortadores de cana em Pernambuco, iniciadas em 1979, chamaram a atenção para novas realidades do mundo rural.

Por outro lado, surgiram sindicatos de trabalhadores de “colarinho branco”, abrangendo não apenas as áreas tradicionais de bancários e professores mas também médicos, sanitaristas e outras categorias. A organização sindical dessas categorias correspondeu a uma mudança de caráter das profissões, em que o profissional autônomo crescentemente deu lugar ao assalariado com diploma.

O movimento operário veio à tona, no governo Geisel, com novo ímpeto e novas feições. O sindicalismo ressurgiu, adotando formas independentes do Estado, a partir muitas vezes da vivência no interior das empresas, onde os trabalhadores organizaram e ampliaram as comissões de fábrica. O eixo mais combativo se deslocou das empresas públicas para a indústria automobilística. A grande concentração de trabalhadores em um pequeno número de unidades e a concentração geográfica no ABC paulista foram fatores materiais importantes para a organização do novo movimento operário. Por exemplo, em 1978 existiam em São Bernardo do Campo em torno de 125 mil operários na indústria mecânico-metalúrgica, com forte predominância da indústria automobilística; desse total, 67,2% se concentravam em empresas com mais de mil operários. Em 1976, na



capital de São Paulo, existiam no mesmo ramo industrial 421 mil operários, mas apenas 20,8% se concentravam em empresas com mais de mil operários.

Essas condições necessárias não são, entretanto, suficientes para explicar o surgimento do novo sindicalismo. Ele nasceu a partir do trabalho dos organizadores, em que se destacaram lideranças operárias, várias vezes ligadas à Igreja. Tiveram também papel importante os advogados sindicais. A aparição do movimento operário à luz do dia relacionou-se ainda com o clima criado pela abertura política, embora a abertura tenha demorado muito tempo para se estender às manifestações coletivas dos trabalhadores.

Em agosto de 1977, o governo admitiu que tinham sido manipulados os índices oficiais de inflação referentes a 1973 e 1974. Como eles regulavam os índices de reajuste salarial, verificou-se que os assalariados haviam perdido 31,4% de seu salário real naqueles anos. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo iniciou uma campanha para a correção dos salários que abriu caminho para as grandes greves de 1978 e 1979, reunindo milhões de trabalhadores. A liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do sindicato, afirmou-se no dia a dia e nas grandes assembleias realizadas em São Bernardo do Campo.

Os metalúrgicos estiveram à frente dos movimentos que abrangeram também outros setores. Em 1979, cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve no país. Houve 27 paralisações de metalúrgicos, abrangendo 958 mil operários; ao mesmo tempo, ocorreram vinte greves de professores, reunindo 766 mil assalariados. As greves tinham por objetivo um amplo leque de reivindicações: aumento de salários, garantia de emprego, reconhecimento das comissões de fábrica, liberdades democráticas.

A extensão das greves de 1979 mostrou que a afirmativa dos setores conservadores, segundo a qual São Bernardo do Campo constituía um mundo à parte, em grande medida não era verdadeira. O que se passava em São Bernardo do Campo tinha repercussão no resto do país. Não há dúvida, porém, de que o sindicalismo do ABC nasceu e cresceu com marcas próprias. As mais importantes são a maior independência com relação ao Estado, o elevado índice de organização – por volta de 1978, 43% dos operários eram sindicalizados – e a afirmação de seus líderes fora da influência da esquerda tradicional, ou seja, do PCB.

\* \* \*

O general Geisel conseguiu fazer seu sucessor. Foi ele o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que derrotou o candidato do MDB na reunião do Colégio Eleitoral de 14 de outubro de 1978. A indicação do general Figueiredo

passara por uma séria prova de força, pois o ministro do Exército, Sílvio Frota, lançara sua própria candidatura, nos meios militares e em sondagens no Congresso, como porta-voz da linha dura. Frota desencadeou uma ofensiva contra o governo, acusando-o de ser complacente com os subversivos. O presidente demitiu-o do ministério e cortou sua escalada.

O general Figueiredo fora chefe do Gabinete Militar no período Médici e era chefe do SNI no governo Geisel. Parecia assim bem talhado para prosseguir no lento processo de abertura e ao mesmo tempo tratar de neutralizar a linha dura. De qualquer forma, era um dos paradoxos da abertura o fato de que o homem indicado para continuar a promovê-la fosse o responsável pela chefia de um órgão repressivo.

O período Figueiredo combinou dois traços que muitos consideravam de convivência impossível: a ampliação da abertura política e o aprofundamento da crise econômica. O novo general-presidente tomou posse em março de 1979, mantendo Simonsen no comando da economia, como secretário da então Secretaria de Planejamento (Seplan), que tinha *status* de ministério. Após uma temporada como embaixador na França, Delfim Netto voltou ao ministério, designado para ocupar a pasta da Agricultura, na qual ficava bastante deslocado.

A tentativa de Simonsen de impor uma política de restrições sofreu a oposição de vários setores. Dentre eles destacavam-se os empresários nacionais, que se beneficiavam do crescimento com inflação, e muitos componentes do próprio governo interessados em ter condições de gastar e mostrar realizações. Em agosto de 1979, Simonsen deixou a Seplan. Delfim Netto assumiu o cargo, prestigiado como o homem do milagre. Agora, porém, a situação era outra, tanto no plano interno quanto no internacional. O segundo choque do petróleo, com a conseqüente elevação de preços, agravou o problema do balanço de pagamentos. As taxas internacionais de juros continuaram subindo, complicando ainda mais a situação. A obtenção de novos empréstimos era cada vez mais difícil e os prazos para pagamento se estreitavam.

A sonhada experiência de crescimento com controle da inflação durou pouco. Sob pressão dos credores externos, Delfim optou por uma política recessiva em fins de 1980. A expansão da moeda foi severamente limitada; os investimentos das empresas estatais foram cortados; as taxas de juros internos subiram e o investimento privado também declinou.

A recessão de 1981-1983 teve pesadas conseqüências. Pela primeira vez desde 1947, quando os indicadores do PIB começaram a ser estabelecidos, o resultado em 1981 foi negativo, assinalando queda de 3,1%. Nos três anos, o PIB

teve um declínio médio de 1,6%. Os setores mais atingidos foram as indústrias de bens de consumo durável e de capital, concentradas nas áreas mais urbanizadas do país, gerando o desemprego.

Apesar da imposição desses sacrifícios, a inflação não baixou significativamente. Tendo alcançado o índice anual de 110,2% em 1980, caiu para 95,2% em 1981 para voltar a subir em 1982 (99,7%). Desenhou-se naqueles anos um quadro de estagnação, combinando estagnação econômica e inflação.

O Estado brasileiro já era tecnicamente insolvente, mas o governo bateu no peito quando, em agosto de 1982, o México declarou-se em moratória e pediu socorro ao FMI. O Brasil – diziam os porta-vozes do governo, com ar de superioridade – não era o México. Na verdade, a moratória mexicana jogou uma pá de cal nas já escassas possibilidades de conseguir empréstimos externos. Afinal, com suas reservas em dólares esgotadas, o Brasil teve de recorrer ao FMI, em fevereiro de 1983.

Em troca de uma modesta ajuda financeira e da tentativa de restaurar sua credibilidade internacional, o país aceitou a receita do FMI. Ela consistia sobretudo em um esforço para melhorar as contas externas do país, mantendo-se o serviço da dívida. Internamente, previam-se cortes de despesas e a compressão ainda maior dos salários.

Seguiu-se uma série de discordâncias entre o Brasil e o FMI. No Brasil, havia pressões contra as medidas restritivas e o pagamento dos juros da dívida; o FMI mostrava-se insatisfeito porque o acordo não era cumprido. Nesse clima, os credores internacionais não concederam ao país novos prazos para o pagamento da dívida nem taxas mais favoráveis de juros, como ocorreu no México.

Apesar dos pesares, o esforço para melhorar as contas externas deu resultados. A partir de 1984 a economia se reativou, puxada principalmente pelo crescimento das exportações, com destaque para os produtos industrializados. A queda do preço do petróleo fez com que ele não pesasse tanto no conjunto das importações. Além disso, houve uma redução da importação do petróleo e outros produtos, graças aos investimentos realizados a partir do II PND, mas a inflação continuava subindo.

No início de 1985, quando Figueiredo deixou o governo, a situação financeira era de temporário alívio e o país voltara a crescer. Mas o balanço daqueles anos se revela bastante negativo. A inflação se acelerara de 40,8% em 1978 para 223,8% em 1984. No mesmo período, a dívida externa subira de 43,5 bilhões para 91 bilhões de dólares.

LIVRARIA VIRTUAL  
[www.edusp.com.br/loja](http://www.edusp.com.br/loja)

LIVRARIAS  
[www.edusp.com.br/livrarias](http://www.edusp.com.br/livrarias)

INFORMAÇÕES  
Divulgação Edusp  
[divulga@usp.br](mailto:divulga@usp.br)